



ID: 40236016

16-02-2012

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Mulheres a trabalhar no Estado são “chefe, mas pouco”

Apesar de elas terem mais instrução, são eles que dominam direcções superiores



Ricardo Castelo

Ascensão difícil | As mulheres até estão em maioria nos cargos de chefia intermédia mais baixos, mas são preteridas no acesso ao topo da carreira.

ANTÓNIO LARGUESA
alarguesa@negocios.pt

Os chefes da Administração Pública continuam a usar mais calças do que saias, sobretudo em cargos de maior responsabilidade e remuneração. Mesmo com melhor nível de qualificações, as mulheres continuam a não conseguir superar a “barreira” no acesso às direcções superiores do Estado. As especialistas em igualdade de género perspectivam maior equilíbrio quando a escolha dos dirigentes seja feita por concurso (e não nomeação) e sugerem um sistema de quotas, idêntico ao existente para as listas de deputados.

O estudo “Igualdade de género nos cargos de direcção da Administração Pública Central”, publicado pelo Instituto Nacional de Administração (INA), mostra que três em cada quatro cargos de direcção superior de 1º grau são ocupados por homens. O predomínio é mais evidente na medida em que se avança no cargo, escondendo os números totais (53% - 47%) que “as mulheres se concentram fundamentalmente nos cargos de direcção intermédia, com maior frequência de 2º grau”. O menos chefe dos chefes do Estado é o único em que as mulheres levam a dianteira (ver gráfico). A literatura baptizou o fenómeno como “telhados de vidro”.

“Particularmente interessante”, notam as autoras Belén Rando, Matilde Gago da Silva e Cláudia Anjos, é que continue a acontecer num Estado central que emprega mais mulheres qualificadas do que homens. Dados de 2011 do INE citados no estudo, mostram que 62,1% das mulheres completaram o Ensino Superior, contra 40,3% dos homens.

A análise por ministérios mostra um fenómeno transversal, embora com “nuances”. Sem surpresa, 82,8% das chefias na Administração Interna (que tutela as polícias) são ocupadas por homens, subindo essa percentagem para 95,4% no caso das mais altas chefias. O outro com maior taxa de masculinização era o das Obras Públicas e Transportes.

Mesmo naqueles em que elas lideram a contabilização total, como no Trabalho e Solidariedade Social (64,3%), eles mandam nas direcções de 1º grau: 61,8%. A Cultura partilha com a Presidência do Conselho de Ministros uma distribuição “mais achatada”, em que a diferença em função do sexo não é tão acentuada, nem sequer no topo.

Os homens também sofrem
Belén Rando identifica ao **Negócios** factores individuais (de socialização) e de contexto (organizacionais). “Por exemplo, o trabalhador ideal ser o que está disponível a tempo inteiro. Até à actualidade é a fi-

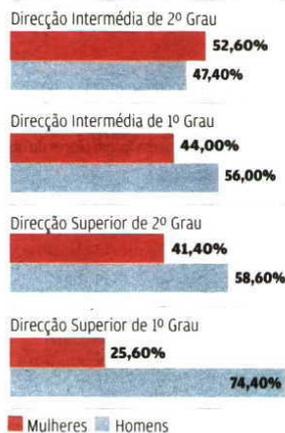
A disponibilidade a tempo inteiro é um dos constrangimentos no acesso a estes cargos de responsabilidade.

BELÉN RANDO
Investigadora do INA

gura feminina que mais se responsabiliza pelos familiares dependentes, sejam filhos ou idosos”.

Entre as soluções propostas estão as quotas, perspectivando a investigadora do INA um maior equilíbrio quando a escolha passar a ser por concurso (ver ao lado), em data que o Governo ainda não detalhou. Outra mudança “essencial” é nos factores externos, como melhores políticas públicas para conciliar trabalho e família. Uma “política ainda ineficaz” que, sublinha Belén, não prejudica só as mulheres na esfera pública (vida profissional), mas também os homens, que conseguem ser esse “trabalhador ideal”, na esfera privada (vida familiar)”.

CHEFIAS MÁXIMAS SÃO “MIRAGEM” DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES POR SEXO E POR CARGO



Fonte: Estudo “Igualdade de género nos cargos de direcção da Administração Pública Central” (INA)

O estudo do Instituto Nacional da Administração (INA) feito junto dos serviços no âmbito da administração central confirma o desequilíbrio na distribuição de cargos de direcção, em função do sexo. Apesar de serem mais e mais bem preparadas, à excepção das posições mais baixas no Estado, as mulheres estão em minoria nas chefias mais poderosas.

PERGUNTAS A...

● **BELÉN RANDO**
CO-AUTORA DO ESTUDO,
INVESTIGADORA DO INA

Concurso é melhor do que apontar com o dedo

Apesar destes resultados, consegue identificar progressos?

Em teoria sim, podemos pensar que está a haver uma mudança. O INA, que tem papel formador na Administração Pública, inseriu módulos que tratam da igualdade de género na formação dos dirigentes. Mas não é só preciso a mudança na cabeça dos dirigentes e na organização, mas mudar as políticas. Há factores externos: é preciso uma rede maior de apoio, como jardins de infância, que permitam a pais e mães desempenhar a sua profissão. Em teoria, está a ser feito, mas se calhar não com a velocidade que a realidade exige.

O acesso aos cargos por concurso vai ajudar ao equilíbrio de sexos?

Claramente. É forma muito mais objectiva de escolha e sabe-se que as mulheres têm na Função Pública qualificações mais elevado. É evidente que nem só o nível de instrução é importante para cargos de direcção, mas o concurso é muito melhor do que apontar com o dedo. Entre diversos factores, há a questão das relações informais. Se calhar [os homens] têm mais tempo na organização e em ambientes informais conseguem ter uma rede mais larga e maior possibilidade de acesso a esses cargos e a serem melhor remunerados.

Acontece mais em Portugal do que noutros países?

Não estamos assim tão mal. Um estudo europeu mostrou que, em comparação com outros Estados-membros, ocupamos o 10.º lugar. Podia ser pior.

Um sistema de quotas, como nas listas de deputados, é adequado?

Claro. A nível da administração central mas também local porque garantiria este equilíbrio, mas não teria que ser 50/50. Mas mais importante serão os apoios externos. Capacidade têm todos, homens e mulheres, mas se há limitações, alguém terá de abdicar da carreira. E frequentemente isso tem sido feito pela mulher.